

565

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 30ª Vara Cível da Comarca do Recife
308570-5

Embargante: GTM Manutenções Ltda - ME

Embargado: Estaleiro Promar S/A

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISSCUSSÃO DO JULGADO. PREQUESTIONAMENTO. VIOLAÇÃO DE NORMAS CONSTITUCIONAIS. OMISSÃO NÃO RECONHECIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

Com o Acórdão, fica vedado ao órgão julgador reconsiderar sua decisão ou mesmo anulá-la, salvo nas hipóteses previstas no art. 463 CPC.

O Acórdão não está obrigado, na formação de seu convencimento, a enfrentar todos os fundamentos arrolados pelas partes ou a afastar cada dispositivo legal e constitucional suscitado, limitando-se aos fundamentos que tenham relevância no deslinde do feito e na convicção judicial adotada.

O prequestionamento, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei.

Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0308570-5, ACORDAM os Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **negar provimento** aos Embargos Declaratórios, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado



QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 30ª Vara Cível da Comarca do Recife
308570-5

Embargante: GTM Manutenções Ltda - ME

Embargado: Estaleiro Promar S/A

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos pelo agravante contra Acórdão desta E. Câmara Cível (fl. 531), assim sumariado:

EMENTA: AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO COM DECISÃO TERMINATIVA. FRAUDE CONTRATUAL. EMPRESAS SUBCONTRATADAS DESCONHECIDAS. BLOQUEIO DE BENS E VALORES. POSSIBILIDADE DIANTE DA GARANTIA OFERTADA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Havendo discussão quanto à existência do débito, pagamento antecipado pelo serviço que ainda não foi prestado, bloqueio de valor que não atinge nem 2,5% do valor total recebido e garantia do juízo, cabível é a medida liminar de bloqueio de bens e valores como precaução para não causar dano a nenhuma das partes.

2. Agravo Legal a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 308570-5, ACORDAM os Desembargadores integrantes da QUINTA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Alega o embargante, em suas razões recursais, que o decisum foi omissso por não ter se manifestado sobre o descumprimento do Embargado no tocante ao não fornecimento do material.

Pretende, ainda, prequestionar a violação de artigos legais e constitucionais.

Por independer de inclusão em pauta, em atenção ao art. 85, "d", RITJPE, apresento em mesa para julgamento.

É o relatório.

Recife,


Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Relator Convocado

QUINTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 30ª Vara Cível da Comarca do Recife
308570-5

Embargante: GTM Manutenções Ltda - ME

Embargado: Estaleiro Promar S/A

Relator Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima

Convocado:

VOTO

Resta evidente que a embargante quer ver reapreciado o Acórdão. Pretende o embargante rediscutir questão que foi enfrentada em sua totalidade.

Como curial, com o Acórdão, fica vedado ao órgão julgador reconsiderar sua decisão ou mesmo anulá-la, salvo nas hipóteses previstas no art. 463 CPC. Entretanto, a hipótese dos autos não se enquadra em nenhuma das exceções previstas.

Anote-se, ainda, que o Acórdão não está obrigado, na formação de seu convencimento, a enfrentar todos os fundamentos arrolados pelas partes ou a afastar cada dispositivo legal e constitucional suscitado, limitando-se aos fundamentos que tenham relevância no deslinde do feito e na convicção judicial adotada.

Por outro lado, conforme adverte MÁRIO GUIMARÃES "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (V. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª Ed. Forense, 1.958, parágrafo 208, p. 350). E acrescenta que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia." (RT 413/325).

Em idêntica situação, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a "*res in judicium deducta*",

pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado (cf. RJTJSP 111/114)".

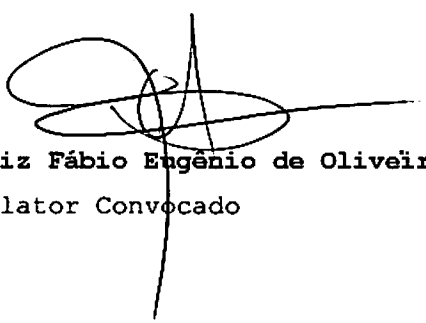
Ademais, as questões jurídicas relevantes para o desate da lide recursal foram examinadas e decididas pela Turma Julgadora, não havendo, neste particular, vício do julgado.

Consigne-se, ainda, que o prequestionamento, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei. Colho, nesta senda, a doutrina de Egas Dirceu Moniz de Aragão, para quem: "(...) tem-se admitido como tacitamente pré-questionado tema cujo respeito o Tribunal emitira julgamento, embora sem referir a norma legal incidente. Mas parece que em tais casos o problema nem se apresenta, pois, se alguma questão fora julgada, mesmo que não seja mencionada a regra da lei a que está sujeita, é óbvio que se trata de matéria 'questionada' e isso é o quanto basta" (Pré-questionamento, Revista Forense, v.328, pág. 43).

Por tais fundamentos, voto no sentido de rejeitar os presentes Embargos.

É como voto.

Recife,



Juiz Fábio Eugênio de Oliveira Lima
Relator Convocado